CARVALHO, José Carlos – *Esperança e resistência em tempos de desencanto. Estudo exegético-teológico da simbologia de Ap 18*, Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, 2009

Biblista portuense, José Carlos Carvalho pretende, com esta dissertação doutoral, de refinada e alta exegese, superar, sem rejeitar, duas teses contrastantes sobre o capítulo décimo oitavo do Apocalipse de João, «a queda da Babilónia»:

1. Numa apreciação, Babilónia seria a cidade de Roma do século primeiro, com o seu imperador Nero, promotor da perseguição às comunidades joânico-efesianas;

2. Em segunda acepção, a Babilónia simbólica emerge na exclusividade das relações intratextuais do Apocalipse, alheia a qualquer conjuntura exterior.

3. O autor propõe, em terceira via, uma abordagem intertextual da imagem babilónica, remetendo-se continuamente para o Antigo Testamento (principalmente o Proto- e o Deutero-Isaías, Ezequiel e Jeremias) e aplicando os critérios da pragmalinguística, de forma a recriar, mediante uma linguagem bíblico-ficcional, a realidade do leitor-ouvinte.

O estudo em análise, de tradicional traça histórico-crítica e teológica, que reserva para estudos ulteriores uma análise retórico-narrativa, assume contornos flagrantemente inéditos.

A obra compõe-se de quatro partes:

A. A primeira secção, a linguística, consiste:

1. numa crítica textual, que recorre às fontes, *scilicet*, aos *codices alexandrinus* e *ephraemi* como aos mais antigos,

2. uma delimitação e

3. uma análise morfológico-sintáctica.

As versões siríacas são empregues apenas para definir semanticamente alguns conceitos proféticos veterotestamentários.

Desta primeira tarefa, ressalta que o capítulo décimo oitavo deste Apocalipse surge qual pausa narrativa ou, então, como ponte entre a figura ginecológica do capítulo décimo sétimo («a grande prostituta») e a nova realidade do capítulo décimo nono («as núpcias do Cordeiro»). Tal transição revela dimensões vertiginosamente políticas, na medida em que descreve o julgamento e a destruição da grande Babilónia.

B. Numa segunda fase, o autor intenta decifrar o momento histórico, isto é, o «Sitz im Leben» a que se aplica a representação «Babilónia». A datação neroniana (54-68) não pode ser suportada por dados históricos, visto que, *verbi gratia*, Paulo vivenciou a autoridade romana como protectora.

Estudos sociológicos indicam que nem o Império Romano flaviano (69-96) nem o antonino (138-161) se caracterizavam pelo confronto sistemático persecutório – casos pontuais e locais houve, e estão documentados –. Sinal indelével seu é a estruturação financeira da sociedade, as trocas comerciais entre Roma e as províncias, o consequente incremento do consumo e a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, situação

que, precisamente em Apocalipse 18, desencadeia a crise política da Babilónia.

A datação tradicional de S. Ireneu (ou seja, finais do século primeiro) tem cabimento neste sistema analítico, e a figura domiciana (81-96) parece ser a mais inócua.

C. Transita-se, num terceiro momento, para o painel culminante da obra, o estudo exegético formal, cuja finalidade última é a descoberta do género literário.

Dentro do capítulo décimo oitavo, encontram-se, em moldura, três oráculos de julgamento, os quais, providos de sentença e respectiva razão, albergam outros tantos lamentos:

1-3, primeiro oráculo de julgamento
Caiu! Caiu a grande Babilónia e se tornou morada de demónios, e abrigo de todo espírito imundo, e refúgio de toda a ave imunda e aborrecível! Porque todas as nações beberam do vinho da ira da sua prostituição. Os reis da terra se prostituíram com ela. E os mercadores da terra se enriqueceram com a abundância de suas delícias…

4-8, segundo oráculo de julgamento
Porque já os seus pecados se acumularam até ao céu, e Deus se lembrou das iniquidades dela…

9-10, lamento dos reis da terra
E os reis da terra, que se prostituíram com ela e viveram em delícias, a chorarão e sobre ela prantearão, quando virem a fumaça do seu incêndio…

11-17a, lamento dos comerciantes
E sobre ela choram e lamentam os mercadores da terra, porque ninguém mais compra as suas mercadorias…

17b-19, lamento dos marinheiros
E todo piloto, e todo o que navega em naus, e todo marinheiro, e todos os que negociam no mar se puseram de longe…

(20, convite à alegria)
(Alegra-te sobre ela, ó céu, e vós, santos apóstolos e profetas, porque Deus já julgou a vossa causa quanto a ela!…)

21-24, último oráculo de julgamento
Com igual ímpeto será lançada Babilónia, aquela grande cidade, e não será jamais achada…

Estas lamentações revelam-se curiosamente similares às tragédias gregas (*Antígona* de Sófocles, *Os Persas* de Ésquilo) e latinas (*Thebaïde* de Statius), sobretudo pela presença de um comentador corifeu (o anjo juiz e consolador) e vários coros.

Este carácter concêntrico e quiástico «trágico» (J J L L L C J) sublinha precisamente que a condenação da cidade de Babilónia é irrevogável e a sua destruição, inevitável. O narrador centra-a no palco dramático da intriga da oposição:

1. dum lado, ouvem-se, em estilo ponderado e pesado, o choro e o grito, o lamento e o pranto dos grandes da terra, que, comercializando com Babilónia e com ela se prostituindo em fornicação idolátrica, enriqueceram sem medida; é provável, por isso, que Apocalipse 18 seja uma alusão de peso à cidade marítima de Éfeso, berço da tradição joânica;

2. do outro, o júbilo e a esperança dos santos, profetas e apóstolos, que, contraria-

mente ao povo pecador do Deutero-Isaías e dos expectantes messinânicos do Apocalipse de Daniel, conhecem a intervenção definitiva de Deus no seu filho Jesus, o Messias, pelo que não sofrem senão o drama da hostilização.

Neste processo de expansão semântica dos textos proféticos, em que Babilónia é convertida numa espécie de figura paradigmático-sapiencial universal, se cristaliza o texto do capítulo décimo oitavo na forma de apocalipse liturgicamente dramaticizado pelo lamento e o juízo histórico-social.

D. Por último, o autor dedica-se a uma reflexão teológica de relevância actual.

Se a cidade pecadora não é Jerusalém nem Roma, não se encontrando aqui, portanto, nenhuma crítica antijudaica ou antirromana, então ela constitui o «lugar» dos poderes históricos alheios à referência transcendente e organizados sobre e para si mesmos, amarrados, em omnipotência ilusória, no próprio presente e, por isso, ocos na sua interioridade. Neste vazio existencial, actua o "vírus" ou o "fogo" do juízo apocalíptico divino, que os faz desabar sobre si mesmos e os consome.

Para converter esta situação histórica em argumento escatológico, o narrador recorre ao fenómeno literário da «rotação» ou «flutuação», em que coexistem passado e futuro, tempo e metatempo, história e meta-história: o acesso à transcendência é realizado por uma sorte paradoxal de «memória do futuro», ausente na sociologia babilónica, autárquica, solipsista, presa na imanência, representada pela cor púrpura, a cor terreal, que tudo pensa poder comprar e vender.

Esta apocalíptica joânica, aberta ao desvelamento divino do sentido da história, surge como alternativa à apocalíptica subjectivista contemporânea, puramente espacial, idolátrica e reduzida aos limites da história, marca de uma cultura crepuscular completamente secularizada, onde tiranizam a riqueza perecível e o crime, onde são desrespeitadas a vida e a liberdade religiosa, onde o progresso é endeusado e os limites são negados, onde a egolatria desagua em desumanização e desertificação, onde os sujeitos do sistema, já impotentes, aparecem como as vítimas mais sofredoras do colapso.

A pós-modernidade surge, assim, após uma modernidade nihilista e logolátrica, adoradora da natureza e manipuladora do além, como um tempo de ânsia de salvação, aberto à esperança, compatível com o argumento apocalíptico de que Deus dará uma nova cidade, livre e santa, bela e sedutora, pela transformação da cidade destruída, mediante os sábios que, cônscios da inviabilidade da cidade pecadora, permanecerem fiéis perante o risco de mediocridade, desencanto e letargia.

Ricardo Tavares